

# COMO É POSSÍVEL SER ESPORTIVO?<sup>1</sup>

Pierre Bourdieu

Não sendo historiador das práticas esportivas, faço o papel de amador entre profissionais e só posso lhes pedir que "sejam esportivos"... Mas acho que a inocência conferida pelo fato de não ser especialista pode às vezes levar a colocar questões que os especialistas não se colocam mais, pois pensam que já as resolveram ao tomarem como dados alguns pressupostos que talvez estejam no próprio fundamento de sua disciplina. As questões que vou colocar vêm de fora, são as questões de um sociólogo que encontra entre seus objetos as práticas e os consumos esportivos sob a forma, por exemplo, de quadros estatísticos apresentando a distribuição das práticas esportivas segundo o nível de instrução, idade, sexo, profissão, e que é assim levado a se interrogar não apenas sobre as relações entre estas práticas e estas variáveis, mas sobre o próprio sentido que estas práticas assumem nestas relações.

Acho, que sem violentar demais a realidade, podemos considerar o conjunto de práticas e de consumos esportivos oferecidos aos agentes sociais – rugby, futebol, natação, atletismo, tênis ou golfe – como uma oferta destinada a encontrar uma certa demanda social. Se adotarmos um modelo deste tipo, dois conjuntos de questões se colocam. Em primeiro lugar, existe um espaço de produção dotado de uma lógica própria, de uma história própria, no interior do qual se engendram os "produtos esportivos", isto é, o universo das práticas e dos consumos esportivos disponíveis e socialmente aceitáveis em um determinado momento? Segundo, quais são as condições sociais de possibilidade de apropriação dos diferentes "produtos esportivos" assim produzidos, prática do golfe ou do esqui, leitura de jornais esportivos, reportagem televisionada da copa do mundo de futebol? Dito de outra maneira, como se produz a demanda dos "produtos esportivos", como as pessoas passam a ter o "gosto" pelo esporte e justamente por um determinado esporte mais do que por outro, enquanto prática ou

---

<sup>1</sup> Exposição introdutória ao Congresso Internacional do HISPA, realizado no INSEP (Paris), março de 1978.

enquanto espetáculo? Mais precisamente, segundo que princípios os agentes escolhem entre as diferentes práticas ou consumos esportivos que lhes são oferecidos como possibilidade em um dado momento?

Acho que deveríamos nos perguntar primeiro sobre as condições históricas e sociais da possibilidade deste fenômeno social que aceitamos muito facilmente como algo óbvio, o "esporte moderno". Isto é sobre as condições sociais que tornam possível a constituição do sistema de instituições e de agentes diretamente ou indiretamente ligados à existência de práticas e de consumos esportivos, desde os agrupamentos "esportivos", públicos ou privados, que têm como função assegurar a representação e a defesa dos interesses dos praticantes de um esporte determinado e, ao mesmo tempo, elaborar e aplicar as normas que regem estas práticas, até os produtores e vendedores de bens (equipamentos, instrumentos, vestimentas especiais, etc.) e de serviços necessários à prática do esporte (professores, instrutores, treinadores, médicos especialistas, jornalistas esportivos, etc.) e produtores e vendedores de espetáculos esportivos e de bens associados (malhas, fotos dos campeões ou loterias esportivas, por exemplo). Como foi se constituindo, progressivamente, este corpo de especialistas que vive diretamente ou indiretamente do esporte (corpo do qual fazem parte os sociólogos e historiadores do esporte o que sem dúvida não facilita a colocação do problema)? E mais precisamente, quando foi que este sistema de agentes e de instituições começou a funcionar como um campo de concorrência onde se defrontam agentes com interesses específicos, ligados às posições que aí ocupam? Se é verdade, como minha interrogação parece sugerir, que o sistema de instituições e de agentes vinculados ao esporte tende a funcionar como um campo, segue-se daí que não se pode compreender diretamente os fenômenos esportivos num dado momento, num dado ambiente social, colocando-os em relação direta com as condições econômicas e sociais das sociedades correspondentes: a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica.

Isto quer dizer que uma das tarefas mais importantes da história social do esporte poderia ser sua própria fundação, fazendo a genealogia histórica da aparição de seu objeto como realidade específica irreduzível a qualquer outra. Somente ela pode responder a esta questão – que nada tem a ver com uma

questão acadêmica de definição – de saber a partir de que momento (não se trata de uma data precisa) se pode falar em esporte, isto é, a partir de quando se constituiu um campo de concorrência no interior do qual o esporte apareceu definido como prática específica, irreduzível a um simples jogo ritual ou ao divertimento festivo. O que leva a perguntar se a aparição do esporte no sentido moderno do termo não é correlativa de uma ruptura (que pode se operar progressivamente) com atividades que podem aparecer como "ancestrais" dos esportes modernos, ruptura correlativa da constituição de um campo de práticas específicas que é dotado de suas lutas próprias, suas regras próprias, e onde se engendra e se investe toda uma cultura ou uma competência específica (quer se trate da competência inseparavelmente cultural e física do atleta de alto nível ou da competência cultural do dirigente ou do jornalista esportivo, etc.), cultura de certa maneira esotérica, separando o profissional e o profano. Isto leva ao questionamento de todos os estudos que, por um anacronismo essencial, aproximam os jogos das sociedades pré-capitalistas, européias ou não, tratado erroneamente como práticas pré-esportivas, aos esportes propriamente ditos cuja aparição é contemporânea à constituição de um campo de produção de "produtos esportivos". Esta comparação só tem fundamento quando, indo exatamente na direção inversa da busca das "origens", tem como objetivo, como em Norbert Elias, apreender a especificidade da prática propriamente esportiva ou, mais precisamente, de determinar como alguns exercícios físicos pré-existentes passaram a receber um significado e uma função radicalmente novos – tão radicalmente novos como os casos de simples invenções, como o vôlei ou o basquete – tornando-se esportes definidos em seus objetos de disputas, suas regras do jogo e, ao mesmo tempo, na qualidade social dos participantes, praticantes ou espectadores, pela lógica específica do "campo esportivo".

Uma das tarefas da história social do esporte poderia ser, portanto, a de fundar realmente a legitimidade de uma ciência social do esporte como objeto científico separado (o que, evidentemente, não é uma coisa tão óbvia), estabelecendo a partir de quando, ou melhor, a partir de que conjunto de condições sociais se pode verdadeiramente falar de esporte (em oposição ao simples jogo – sentido ainda presente na palavra inglesa esporte, mas não no uso que tem esta palavra fora dos países anglo-saxões, onde ela foi introduzida juntamente com a

prática social, radicalmente nova, por ela designada). Como se constituiu este espaço de jogo, com sua lógica própria, este lugar com práticas sociais inteiramente particulares, que foram definidas no curso de uma história própria e que só podem ser compreendidas a partir desta história (por exemplo, a dos regulamentos esportivos ou a dos records, palavra interessante que lembra a contribuição que a atividade dos historiadores, encarregados de registrar – to record – e de celebrar as proezas, deu à própria constituição de um campo e de sua cultura esotérica)?

Não possuindo a cultura histórica necessária para responder a estas questões, tentei mobilizar tudo o que sabia da história do futebol e do rugby para ao menos tentar colocá-las melhor (é óbvio que nada permite supor que o processo de constituição de um campo assumiu a mesma forma em todos os casos e é provável que, segundo o modelo para o desenvolvimento econômico descrito por Gerschenkron, os esportes que surgiram mais tardiamente, devem a este "atraso" a passagem por uma história diferente, baseada em grande parte no empréstimo a esportes mais antigos e portanto mais "desenvolvidos"). Parece indiscutível que a passagem do jogo ao esporte propriamente dito tenha se realizado nas *grandes escolas* reservadas às "elites" da sociedade burguesa, nas public schools inglesas, onde os filhos das famílias da aristocracia ou da grande burguesia retomaram alguns jogos populares, isto é, vulgares, impondo-lhes uma dança de significado e de função muito parecida àquela que o campo da música erudita impôs às danças populares, bourrées, gavotas e sarabandas, para fazê-las assumir formas eruditas como a suíte.

Para caracterizar os princípios desta transformação, pode-se dizer que os exercícios corporais da "elite" foram separados das ocasiões sociais ordinárias às quais os jogos populares permaneciam associados (festas agrárias, por exemplo) e desprovidos das funções sociais (e, a fortiori, religiosas) ainda ligadas a vários jogos tradicionais (como os jogos rituais praticados em muitas sociedades pré-capitalistas em certas passagens do ano agrícola). A escola, lugar da *skhole*, do lazer, é o lugar onde as práticas dotadas de funções sociais e integradas no calendário coletivo, são convertidas em exercícios corporais, atividades que constituem fins em si mesmas, espécie de arte pela arte corporal, submetidas à regras específicas, cada vez mais irredutíveis a qualquer necessidade funcional, e inseridas num calendário específico. A escola é o lugar por excelência do exercício chamado gratuito e onde

se adquire uma disposição distante e neutralizante em relação ao mundo social, a mesma que está implícita na relação burguesa com a arte, a linguagem e o corpo: a ginástica faz um uso do corpo que, como o uso escolar da linguagem, é ele mesmo o seu fim. O que é adquirido na e pela experiência escolar, espécie de retiro do mundo e da prática, do qual os grandes internatos das escolas de "elite", representam a forma acabada, é a inclinação à atividade para nada, dimensão fundamental do ethos das "elites" burguesas que sempre se vangloriam de desinteresse e se definem pela distância eletiva – afirmada na arte e no esporte – em relação aos interesses materiais. O fair play é a maneira de jogar o jogo dos que não se deixam levar pelo jogo a ponto de esquecer que é um jogo, dos que sabem manter a "distância em relação ao papel", como diz Goffman, implícita em todos os papéis prometidos aos futuros dirigentes.

A autonomização do campo das práticas esportivas também se acompanha de um processo de racionalização destinado, segundo os termos de Weber, a assegurar a previsibilidade e a calculabilidade para além das diferenças e particularismos: a constituição de um corpo de regulamentos específicos e de um corpo de dirigentes especializados (governing bodies) recrutados, pelo menos em sua origem, entre os old boys das public schools, caminham par a par. A necessidade da aplicação universal de regras fixas se impõem desde o momento em que as "trocas" esportivas se estabelecem entre as diferentes instituições escolares, e depois entre regiões, etc. A autonomia relativa do campo das práticas esportivas se afirma mais claramente quando se reconhece aos grupos esportivos as faculdades de auto-administração e regulamentação, fundadas numa tradição histórica ou garantidas pelo Estado: estes organismos são investidos do direito de fixar as normas de participação nas provas por eles organizadas, de exercer, sob o controle dos tribunais, um poder disciplinar (exclusões, sanções, etc.), destinado a impor o respeito às regras específicas por eles editadas; além disso, podem conceder títulos específicos, como os títulos esportivos ou, como na Inglaterra, os títulos de treinadores.

A constituição de um campo das práticas esportivas se acompanha da elaboração de uma filosofia política do esporte. Dimensão de uma filosofia aristocrática, a teoria do amadorismo faz do esporte uma prática tão desinteressada quanto a atividade artística, porém mais conveniente do que a arte para a afirmação

das virtudes viris dos futuros líderes: o esporte é concebido como uma escola de coragem e de virilidade, capaz de "formar o caráter" e inculcar a vontade de vencer ("will to win"), que é a marca dos verdadeiros chefes, mas uma vontade de vencer que se conforma às regras é o fair play, disposição cavalheiresca inteiramente oposta à busca vulgar da vitória a qualquer preço. (Seria preciso evocar, neste contexto, a ligação entre virtudes esportivas e virtudes militares: basta pensar na exaltação das façanhas dos veteranos de Oxford ou de Eton nos campos de batalha ou nos combates aéreos), Esta moral aristocrática, elaborada por aristocratas (o primeiro comitê olímpico contava com não sei quantos duques, condes e lordes, e todos de nobreza antiga) e garantida por aristocratas – todos aqueles que compõem a self perpetuating oligarchy das organizações internacionais e nacionais – evidentemente se adapta às exigências da época e, como se vê no caso do barão Pierre de Coubertin, "integra" os pressupostos essenciais da moral burguesa da empresa privada, da iniciativa privada, batizada – o inglês se serve frequentemente do eufemismo – de self help. A exaltação do esporte como dimensão de uma aprendizagem de novo tipo, pedindo uma instituição escolar inteiramente nova, que se exprime em Coubertin, é reencontrada em Demolins, outro discípulo de Frédéric Le Play, fundador da École des Roches e autor de *A quoi tient la supériorité des anglo-saxons* e de *L'éducation Nouvelle*, que critica o liceu caserna napoleônico (tema que depois se tornou um dos lugares comuns da "sociologia da França", produzida no Sciences Po e em Harvard). O que está em jogo, parece-me, neste debate (que ultrapassa amplamente o esporte), é uma definição da educação burguesa oposta à definição pequeno-burguesa e professoral: é a "energia", a "coragem", a "vontade", virtudes de "líderes" (do exército ou de empresas) e talvez sobretudo a "iniciativa" (privada), o "espírito de empresa", contra o saber, a erudição, a docilidade "escolar", simbolizada pelo grande liceu-caserna e suas disciplinas, etc. Em suma, sem dúvida não poderíamos esquecer que a definição moderna do esporte, freqüentemente associada ao nome de Coubertin, é parte integrante de uma "idéia moral", isto é, de um ethos das frações dominantes da classe dominante realizado através das grandes instituições de ensino privado, destinadas prioritariamente aos filhos dos dirigentes da indústria privada, como a École des Roches, concretização paradigmática deste ideal. Valorizar a educação contra a instrução, o caráter ou a vontade contra a inteligência, o esporte contra a cultura, é afirmar, no interior mesmo do mundo escolar, a existência de uma

hierarquia irreduzível à hierarquia propriamente escolar (que privilegia o segundo termo destas oposições). É, se podemos dizê-lo, desacreditar ou desqualificar os valores que outras frações da classe dominante ou de outras classes reconhecem, particularmente as frações intelectuais da pequena burguesia e os "filhos de professores primários" que no simples terreno da competência escolar, se apresentam como temíveis concorrentes dos filhos dos burgueses. É opor ao "sucesso escolar" outros princípios de "sucesso" e de legitimação do sucesso (como pude estabelecer numa pesquisa recente sobre o patronato francês, a oposição entre as duas concepções de educação corresponde a duas linhas de acesso à direção das grandes empresas, uma conduzindo da École des Roches ou dos grandes colégios de jesuítas à Faculdade de Direito ou, mais recentemente, ao Sciences Po., à Inspeção das Finanças ou à Escola de Altos Estudos Comerciais, e outra levando do liceu da província à Polytechnique). A exaltação do esporte, escola de caráter, etc., encerra uma nuance de anti-intelectualismo. Basta ter em mente que as frações dominantes da classe dominante tendem sempre a pensar sua oposição às frações dominadas – "intelectuais", "artistas", "senhores professores" – através da oposição entre masculino e feminino, o viril e o afeminado, que assume conteúdos diferentes segundo as épocas (por exemplo, atualmente cabelos curtos/cabelos longos, cultura científica ou "econômico-política"/cultura artístico-literária, etc.), para compreender uma das implicações mais importantes da exaltação do esporte e em particular dos esportes "viris", como o rugby, e para ver que o esporte, como toda prática, é um objeto de lutas entre frações da classe dominante e também entre as classes sociais.

O campo das práticas esportivas é o lugar de lutas que, entre outras coisas, disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva, amadorismo contra profissionalismo, esporte-prática contra esporte-espetáculo, esporte distintivo – de elite – e esporte popular – de massa – etc.; e este campo está ele também inserido no campo das lutas pela definição do corpo legítimo e do uso legítimo do corpo, lutas que além de oporem entre si, treinadores, dirigentes, professores de ginástica e outros comerciantes de bens e serviços esportivos, opõem também os moralistas e particularmente o clero, os médicos e particularmente os higienistas, os educadores no sentido mais amplo – conselheiros conjugais, dietistas, etc. –, os árbitros da

elegância e do gosto – costureiros, etc. As lutas pelo monopólio da imposição da definição legítima desta classe particular de usos do corpo que são os hábitos esportivos apresentam sem dúvida invariantes transistóricas: penso, por exemplo, na oposição, do ponto de vista da definição do exercício legítimo, entre profissionais da pedagogia corporal (professores de ginástica, etc.) e médicos, isto é, entre duas formas de autoridade específica ("pedagógica"/científica") ligadas à duas espécies de capital específico, ou ainda na oposição recorrente entre duas filosofias antagônicas sobre o uso do corpo, uma mais ascética que nesta espécie de aliança de palavras que é a própria expressão "educação física", coloca a ênfase na educação, no anti-physis, na contra-natureza, no esforço, na correção, na retidão, e a outra, mais hedonista, que privilegia a natureza, a physis, reduzindo a educação do corpo, a educação física a uma espécie de "laisser-faire" ou de retorno ao "laisser-faire", como faz atualmente a expressão corporal, que ensina a desaprender as disciplinas e as contenções inúteis, impostas, entre outras coisas, pela ginástica comum. A autonomia relativa do campo das práticas corporais que necessariamente implica na dependência relativa, no desenvolvimento dentro do campo, das práticas orientadas em direção a um ou outro pólo, ao ascetismo ou ao hedonismo, depende, em grande parte, do estado das relações de força entre as frações da classe dominantes e entre as classes sociais no campo das lutas pela definição do corpo legítimo e dos usos legítimos do corpo. É assim que o progresso de tudo a que se dá o nome de "expressão corporal", só pode ser compreendido relacionando-o com o progresso de uma nova variante da moral burguesa, assumida por certas frações ascendentes da burguesia (e da pequena burguesia), e que por exemplo é visível nas relações entre pais e filhos e em tudo o que, de um modo geral, toca à pedagogia, privilegiando o liberalismo nas questões educacionais, mas também nas relações hierárquicas e em matéria de sexualidade, em detrimento do rigor ascético (denunciado como "repressivo").

Era preciso evocar esta primeira fase, que me parece determinante, porque o esporte ainda traz consigo a marca de suas origens: além da ideologia aristocrática do esporte como atividade desinteressada e gratuita, perpetuada pelos tópicos rituais do discurso de celebração, e que contribui para mascarar a verdade de uma parte crescente das práticas esportivas, a prática de esportes como o tênis, a equitação, o iatismo, o golfe, deve sem dúvida uma parte de seu "interesse", tanto

nos dias de hoje quanto em sua origem, aos lucros de distinção que ela proporciona (não é por acaso que a maior parte dos clubes mais seletos, isto é, mais seletivos, são organizados em torno de atividades esportivas que servem de ocasião ou de pretexto para encontros eletivos). Os lucros distintivos são dobrados quando a distinção entre as práticas distintas e distintivas, como os esportes "chiques", e as práticas que se tornaram "vulgares", devido à divulgação de vários esportes originalmente reservados à "elite", como o futebol (e em menor grau, o rugby que ainda guardará por algum tempo, um duplo estatuto e um duplo recrutamento social) é acrescida da oposição, mais marcada ainda, entre a prática do esporte e o simples consumo de espetáculos esportivos. Com efeito, sabe-se que a possibilidade de praticar um esporte depois da adolescência (e a fortiori na idade madura ou na velhice) decresce muito nitidamente à medida em que se desce na hierarquia social (assim como a probabilidade de fazer parte de um clube esportivo), enquanto a probabilidade de assistir pela televisão (a freqüência aos estádios na qualidade de espectador obedecendo as leis mais complexas) aos espetáculos esportivos considerados como mais populares, como o futebol ou o rugby, decresce muito nitidamente à medida em que se sobe na hierarquia social.

Assim, por maior que seja a importância que reveste a prática de esportes – e em particular dos esportes coletivos como o futebol – para os adolescentes das classes populares e médias, não se pode ignorar que os esportes ditos populares, ciclismo, futebol, rugby, também e principalmente funcionam como espetáculos (que podem dever uma parte de seu interesse à participação imaginária que a experiência passada de uma prática real autoriza): eles são "populares", mas no sentido que reveste este adjetivo todas as vezes em que é aplicado aos produtos materiais ou culturais da produção de massa, automóveis, móveis ou canções. Em suma, o esporte, que nasceu dos jogos realmente populares, isto é, produzidos pelo povo, retorna ao povo, como a folk music, sob a forma de espetáculos produzidos para o povo. O esporte espetáculo apareceria mais claramente como uma mercadoria de massa e a organização de espetáculos esportivos como um ramo entre outros do show business, se o valor coletivamente reconhecido à prática de esportes (principalmente depois que as competições esportivas se tornaram uma das medidas da força relativa das nações, ou seja, uma disputa política) não contribuísse para mascarar o divórcio entre a prática e o consumo e, ao mesmo

tempo, as funções do simples consumo passivo.

Poderíamos nos perguntar de passagem se alguns aspectos da evolução recente das práticas esportivas – como o recurso ao doping ou o aumento da violência tanto nos estádios quanto entre o público – não são, em parte, um efeito da evolução que rapidamente evoquei. Basta pensar por exemplo em tudo aquilo em que implica o fato de que um esporte como o rugby (o mesmo é verdadeiro para o futebol americano nos Estados Unidos) tenha se tornado, por intermédio da televisão, um espetáculo de massa, difundido bem além do círculo de "praticantes" atuais ou passados, isto é, para um público que possui de maneira bastante imperfeita a competência específica necessária para decifrá-lo adequadamente: o "conhecedor" dispõe de esquemas de percepção e de apreciação que lhe permitem ver o que o leigo não vê, de perceber uma necessidade onde o simplório vê apenas violência e confusão e, conseqüentemente, de achar na prontidão de um gesto, na imprevisível necessidade de uma combinação bem sucedida ou na orquestração quase miraculosa de um movimento de conjunto, um prazer que não é menos intenso ou menos conhecedor do que aquele que uma execução particularmente bem sucedida de uma obra familiar proporciona a um melômano; quanto mais superficial e cega for a percepção a todos estes requintes, estas nuances, estas sutilezas, menos ela encontra seu prazer no espetáculo contemplado em si mesmo e para si mesmo, e mais está exposta à busca do "sensacional", ao culto da proeza aparente e da virtuosidade visível e, sobretudo, mais ainda se liga exclusivamente a esta outra dimensão do espetáculo esportivo, o suspense e a ansiedade pelo resultado, encorajando assim entre os jogadores e principalmente entre os organizadores a busca da vitória a qualquer preço. Dito de outra maneira, tudo parece indicar que tanto em matéria de esporte quanto em matéria de música, a extensão do público para além do círculo de amadores contribui para reforçar o reino dos profissionais puros. Quando num artigo recente Roland Barthes opõe Panzera, cantor francês do entre-guerra, à Fischer Dieskau, que ele vê como o protótipo do produto de cultura média, ele nos faz pensar naqueles que opõem o jogo inspirado dos Dauger ou dos Boniface à "mecânica" da equipe de Béziers ou da seleção francesa conduzida por Fouroux. Ponto de vista de "praticante", antigo ou atual que, por oposição ao simples consumidor, "discófilo" ou esportista de televisão, reconhece uma forma de excelência que, como mostram suas próprias

imperfeições, é o limite da competência do amador comum. Em suma, tudo permite supor que no caso da música, assim como no caso do esporte, a competência puramente passiva, adquirida fora de toda prática, dos públicos recentemente conquistados pelos discos ou pela televisão, é um fator que permite a evolução da produção (vê-se de passagem a ambigüidade de certas denúncias dos vícios da produção de massa – em matéria de esporte como de música – que freqüentemente encobrem a nostalgia aristocrática do tempo dos amadores).

Mais do que os encorajamentos que o esporte dá ao chovinismo e ao sexismo, sem dúvida é pela separação estabelecida entre os profissionais, virtuosos de uma técnica esotérica, e os leigos, reduzidos ao papel de simples consumidores, e que tende a se tornar uma estrutura profunda da consciência coletiva, que ele exerce seus efeitos políticos mais decisivos: não é apenas no domínio do esporte que os homens comuns são reduzidos aos papéis de torcedores, limites caricaturais do militante, dedicados a uma participação imaginária que não é mais do que a compreensão ilusória da despossessão em benefício dos experts.

Na verdade, antes de ir mais além na análise dos efeitos, seria preciso tentar precisar a análise dos determinantes da passagem do esporte como prática de elite, reservada aos amadores, ao esporte como espetáculo produzido por profissionais e destinado ao consumo de massa. Não podemos, com efeito, nos contentarmos em invocar a lógica relativamente autônoma do campo da produção de bens e serviços esportivos e, mais precisamente, o desenvolvimento, no interior deste campo, de uma indústria do espetáculo esportivo que, submetida as leis da rentabilidade, visa a maximizar a eficácia minimizando os riscos (o que, particularmente, acarreta a necessidade de um pessoal técnico especializado e de uma verdadeira gerência científica, capaz de organizar racionalmente o treinamento e a manutenção do capital físico dos profissionais – pensemos por exemplo no futebol americano, onde o corpo de treinadores, médicos, public relations, excede o corpo de jogadores e serve, quase sempre, de apoio publicitário a uma indústria de equipamentos e de acessórios esportivos).

Na realidade, o próprio desenvolvimento da prática do esporte, mesmo entre os jovens das classes dominadas, sem dúvida resulta em parte do fato de que o esporte se dispunha a cumprir numa escala maior as próprias funções que estavam na origem de sua invenção, nas public schools inglesas, no final do século

XIX: antes mesmo de considerá-lo um meio de "formar o caráter" (to improve character) segundo a velha crença vitoriana, as public schools, instituições totais no sentido de Goffman, que devem assumir sua tarefa de enquadramento vinte e quatro horas por dia durante sete dias da semana, viram nos esportes um meio de ocupar a menor custo os adolescentes que estavam sob sua responsabilidade em tempo integral; como aponta um historiador, quando os alunos estão no campo de esportes, é fácil vigiá-los, dedicam-se a uma atividade "sadia" e direcionam sua violência contra os colegas ao invés de direcioná-la contra as próprias instalações ou de atormentar seus professores. Sem dúvida, esta é uma das chaves da divulgação do esporte e da multiplicação das associações esportivas que, originalmente organizadas sobre bases beneficentes progressivamente foram recebendo o reconhecimento e a ajuda dos poderes públicos. Este meio extremamente econômico de mobilizar, ocupar e controlar os adolescentes estava predisposto a se tornar um instrumento e um objeto de lutas entre todas as instituições total ou parcialmente organizadas para a mobilização e a conquista política das massas e que ao mesmo tempo competiam pela conquista simbólica da juventude – partidos, sindicatos, igrejas é claro, mas também patrões paterna listas. Preocupados em assegurar um envolvimento contínuo e total da população operária, estes últimos ofereceram muito cedo a seus assalariados, além de hospitais e escolas, estádios e outros estabelecimentos esportivos (numerosas associações esportivas foram fundadas com a ajuda e sob o controle de patrões privados, o que ainda hoje é testemunhado pelo fato de muitos estádios terem o nome de patrões). Conhecemos a concorrência que sempre existiu entre as diferentes instâncias políticas a respeito do esporte, desde o nível da aldeia (com a rivalidade entre as associações laicas ou religiosas ou, mais recentemente, os debates em torno da prioridade a ser dada aos equipamentos esportivos) até a nível da nação em seu conjunto (por exemplo, com a oposição entre a Federação de Esporte da França, controlada pela Igreja, e a FSGT, controlada pelos partidos de esquerda). E de fato, de maneira cada vez mais dissimulada à medida em que o reconhecimento e a ajuda por parte do Estado aumentam juntamente com a aparente neutralidade das organizações esportivas e dos responsáveis por estas organizações, o esporte é um dos objetos da luta política: a concorrência entre as organizações é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento de uma necessidade social, isto é, socialmente constituída, das práticas esportivas e dos

equipamentos, instrumentos, pessoal e serviços correlativos; a imposição de necessidades em matéria de esporte nunca é tão evidente como no meio rural onde o aparecimento de equipamentos e equipes é quase sempre, como mostram atualmente os clubes de jovens ou de velhos, produto da ação da pequena burguesia ou da burguesia rural que encontra desta maneira uma ocasião para impor seus serviços políticos de incitação e enquadramento e de acumular ou manter um capital de notoriedade e honorabilidade sempre suscetível de se reconverter em poder político.

É evidente que a divulgação do esporte desde as escolas de "elite" até as associações esportivas de massa, é necessariamente acompanhada tanto de uma modificação das funções que os próprios esportistas e os que os enquadram dão a prática, quanto de uma transformação da prática esportiva que vai no mesmo sentido da transformação das expectativas e exigências do público, que por sinal engloba muito mais do que os antigos praticantes: é assim que a exaltação da proeza viril e o culto do espírito de equipe que os adolescentes de origem burguesa ou aristocrática das public schools inglesas ou suas rivais francesas da belle-époque associavam à prática do rugby não pode se perpetuar entre os camponeses, os empregados ou os comerciantes do sudoeste da França, a não ser ao preço de uma profunda reinterpretação. Compreende-se que aqueles que guardaram a nostalgia do rugby universitário, dominado pelas elegantes corridas dos jogadores de pontas, tenham dificuldade em reconhecer a exaltação do manliness e o culto do team spirit no gosto pela violência (a "cotovelada") e na exaltação ao sacrifício obscuro e tipicamente plebeu até em suas metáforas ("cavar" o jogo, etc) que caracteriza os novos jogadores de rugby e muito especialmente os corajosos que avançam mais. Para compreender disposições tão distantes da gratuidade e do fair play originais, é preciso ter em mente, entre outras coisas, o fato de que a carreira esportiva, que é praticamente excluída do campo das trajetórias admissíveis para uma criança da burguesia – tênis ou golfe à parte –, representa uma das únicas vias de ascensão social para as crianças das classes dominadas: o mercado esportivo está para o capital físico dos meninos assim como os concursos de beleza e as profissões as quais eles dão acesso – recepcionistas, etc. – estão para o capital físico das meninas. Tudo sugere que os "interesses" e valores que os praticantes saídos das classes populares e médias trazem consigo para o exercício do esporte se harmonizam com as exigências correlativas da

profissionalização (que pode, evidentemente, coincidir com as aparências do amadorismo), tanto da racionalização da preparação (treinamento) quanto da execução do exercício esportivo, imposto pela busca da maximização da eficácia específica (medida em "vitórias", "títulos" ou "records"), busca que é, ela mesma, já vimos, correlativa ao desenvolvimento de uma indústria – privada ou pública – do espetáculo esportivo.

Temos aqui um caso de encontro entre a oferta, isto é, a forma particular que reveste a prática e o consumo esportivos propostos a um dado momento do tempo, e a demanda, isto é, as expectativas, os interesses e os valores dos praticantes potenciais, sendo a evolução das práticas e dos consumos reais o resultado da confrontação e do ajustamento permanente entre um e outro. É óbvio que a cada momento, cada recém-chegado deve contar com um estado determinado das práticas e consumos esportivos e de sua distribuição entre as classes, estado que não lhe compete modificar e que é o resultado de toda a história anterior da concorrência entre os agentes e as instituições engajadas no "campo esportivo". Mas se é verdade que, neste caso como em outros, o campo de produção contribui para produzir a necessidade de seus próprios produtos, resta o fato de que não se pode compreender a lógica através da qual os agentes adotam uma ou outra prática esportiva, uma ou outra maneira de realizá-la, sem levar em conta as disposições em relação ao esporte, que, sendo elas próprias uma dimensão de uma relação particular com o próprio corpo, se inscrevem na unidade do sistema de disposições, o *habitus*, que está na origem dos estilos de vida (seria fácil, por exemplo, mostrar as, homologias entre a relação com o corpo e a relação com a linguagem características de uma classe ou de uma fração de classe).

Diante do quadro estatístico representando a distribuição das diferentes práticas esportivas de acordo com as classes sociais que evoquei no começo, devemos nos interrogar em primeiro lugar sobre as variações do significado e da função sociais que as diferentes classes sociais dão aos diferentes esportes. Seria fácil mostrar, que as diferentes classes sociais não concordam a respeito dos efeitos esperados do exercício corporal, efeitos sobre o corpo externo como, por exemplo, a força aparente de uma musculatura visível, preferida por uns, ou a elegância, a destreza e a beleza, escolhidas por outros, ou efeitos sobre o corpo interno, como a saúde, o equilíbrio psíquico, etc. Colocando de outra maneira, as variações das práticas segundo as classes devem-se não apenas às variações dos

fatores que tornam possível ou impossível assumir seus custos econômicos e culturais, mas também às variações da percepção e da apreciação dos lucros, imediatos ou futuros que se considera que estas práticas proporcionam. Assim, as diferentes classes têm expectativas muito desiguais em relação aos lucros "intrínsecos" (reais ou imaginários, pouco importa, pois são reais enquanto realmente desejados) que são esperados para o próprio corpo: Jacques Defrance mostra, por exemplo, que se pode pedir à ginástica – é a demanda popular que encontra sua satisfação no culturismo – produzir um corpo forte e portanto os signos exteriores de sua força ou, ao contrário um corpo são – é a demanda burguesa, que encontra sua satisfação em atividades com função essencialmente higiênica. Não é por acaso que os "levantadores de peso" foram durante muito tempo um dos espetáculos mais tipicamente populares – pensemos no famoso Déde la Boulange que se apresentava no jardim de Anvers com uma mistura de proezas e charlatanices –, e que os pesos e halteres, vistos como um meio de desenvolver a musculatura, durante muito tempo foram – principalmente na França – o esporte favorito das classes populares. E também não é por acaso que as autoridades olímpicas tenham tardado tanto a reconhecer oficialmente o halterofilismo que, aos olhos dos fundadores aristocráticos do esporte moderno, simbolizava a força pura, a brutalidade e a indigência intelectual, ou seja, as classes populares.

Da mesma forma, as diferentes classes se preocupam de maneira muito desigual com os lucros sociais que a prática de certos esportes proporciona. Vemos, por exemplo, que além de suas funções propriamente higiênicas, o golfe tem um significado distribucional que, unanimemente conhecido e reconhecido (todo mundo tem um conhecimento prático da probabilidade que as diferentes classes possuem em praticar diferentes esportes), é inteiramente oposto ao da petanca,<sup>2</sup> cuja função puramente higiênica não é evidentemente tão diferente, mas cujo significado distribucional está muito próximo ao do Pernod e ao de todos os alimentos não apenas baratos, mas fortes (no sentido de condimentados), considerados como dando força, porque pesados, gordurosos e condimentados. Com efeito, tudo permite supor que a lógica da distinção contribui, com uma parte determinante, juntamente com o tempo livre, para a distribuição entre as classes de

---

<sup>2</sup> N. T. - petanca: jogo popular muito difundido no sul da França.

uma prática que, como a última citada, não exige praticamente capital econômico ou cultural, ou mesmo capital físico crescendo regularmente até atingir sua mais forte frequência entre as classes médias e em particular entre os professores primários e os empregados de serviços médicos, ela em seguida diminui, e tanto mais claramente quanto a preocupação de se distinguir do comum é mais forte – como entre os artistas e os membros das profissões liberais.

Ocorre o mesmo com todos os esportes que demandando apenas qualidades "físicas" e competências corporais cujas condições de aquisição precoce parecem ser mais ou menos igualmente repartidas, são igualmente acessíveis dependendo do tempo e, secundariamente, da energia física disponíveis: a probabilidade de praticá-los sem dúvida alguma cresceria na medida em que se sobe na hierarquia social se, conformemente à uma lógica observada em outros domínios (a prática fotográfica, por exemplo), a preocupação com a distinção e com a falta de gosto não mantivesse afastados os membros das classes dominantes. É assim que a maior parte dos esportes coletivos – basquetebol, handebol, rugby, futebol – cuja prática declarada é maior entre os empregados de escritório, técnicos e comerciantes, e sem dúvida também os esportes individuais mais tipicamente populares, como o boxe ou a luta livre, acumulam todas as razões para repelir os membros da classe dominante: a composição social de seu público, que redobra a vulgaridade que sua divulgação implica, os valores em jogo, como a exaltação da competição e das virtudes exigidas, força, resistência, disposição à violência, espírito de "sacrifício", de docilidade e de submissão à disciplina coletiva, antítese perfeita da "distância em relação ao papel" que os papéis burgueses implicam, etc.

Portanto, tudo permite supor que a probabilidade de praticar os diferentes esportes depende, em graus diversos para cada esporte, do capital econômico e, de forma secundária, do capital cultural e do tempo livre; isto por intermédio da afinidade que se estabelece entre as disposições éticas e estéticas associadas a uma posição determinada no espaço social e os lucros que em função destas disposições parecem prometidos para os diferentes esportes. A relação entre as diferentes práticas esportivas e a idade é mais complexa, pois ela só se define – por intermédio da intensidade do esforço físico exigido e da disposição em relação a este esforço que é uma dimensão do ethos de classe – na relação entre um esporte e uma classe. Entre as propriedades dos esportes "populares", a mais importante é o fato deles estarem tacitamente associados à juventude, a quem; espontânea e

implicitamente, é creditada uma espécie de licença provisória que se expressa, entre outras coisas, pelo gasto de uma abundante energia física (e sexual), e de serem abandonados muito cedo (o mais freqüente no momento do casamento que marca a entrada na vida adulta). Ao contrário, os esportes "burgueses" praticados principalmente por suas funções de manutenção física e pelo lucro social que proporcionam, têm em comum o fato de prolongar para bem além da juventude a idade limite de sua prática e, talvez, tanto mais além quanto mais prestígio e exclusividade tiverem (como o golfe).

De fato, além de qualquer busca de distinção é a relação com o próprio corpo, enquanto dimensão privilegiada do *habitus*, que distingue as classes populares das classes privilegiadas, assim como no interior destas distingue frações separadas por todo o universo de um estilo de vida. Assim, a relação instrumental com o próprio corpo, que as classes populares exprimem em todas as práticas que têm o corpo como objeto ou questão de disputas, regime alimentar ou cuidados de beleza, relação com a doença ou cuidados com a saúde, também se manifesta na escolha de esportes que demandam um grande investimento de esforços, às vezes de dor e sofrimento (como o boxe), e em certos casos exigem que o próprio corpo seja colocado em jogo, como a moto, o pára-quedismo, todas as formas de acrobacia e, em certa medida, todos os esportes de combate, entre os quais se pode incluir o rugby. Em oposição, a inclinação das classes privilegiadas à "estilização da vida" pode ser reencontrada e reconhecida na tendência em tratar o corpo com um fim, com variantes que dependem da ênfase que se coloca no próprio funcionamento do corpo como organismo e que leva ao culto higienista da "forma", ou na própria aparência do corpo como configuração perceptível, o físico, isto é, o corpo-para-outrem. Tudo parece indicar que a preocupação com a cultura do corpo aparece, em sua forma mais elementar, isto é, enquanto culto higienista da saúde que freqüentemente implica numa exaltação ascética da sobriedade e do rigor dietético, nas classes médias que se dedicam de maneira particularmente intensiva à ginástica, o esporte ascético por excelência já que se reduz a uma espécie de treinamento pelo treinamento. A ginástica e os esportes estritamente higiênicos, como a corrida ou a marcha, são atividades altamente racionais e racionalizadas: primeiro porque supõe uma fé resoluta nos motivos e nos lucros diferidos e freqüentemente impalpáveis que elas prometem (como a proteção contra o envelhecimento ou os acidentes correlativos, lucro abstrato e negativo que só

existe em relação a um referencial absolutamente teórico); em seguida, porque só adquirem sentido, na maioria das vezes, em função de um conhecimento abstrato dos efeitos de um exercício que é, como no caso da ginástica, freqüentemente reduzido a uma série de exercícios abstratos, decompostos e organizados em referência a um fim específico e erudito (por exemplo, "os abdominais") e que está para os movimentos totais orientados para os fins práticos das situações cotidianas, da mesma forma que a marcha decomposta em gestos elementares do "manual do militar" está para a marcha comum. Assim, podemos compreender que estas atividades reencontram e preenchem as expectativas ascéticas dos indivíduos em ascensão, preparados para encontrar satisfação no próprio esforço e aceitar – é o próprio sentido de toda sua existência – gratificações posteriores em função de seu sacrifício presente. As funções higiênicas tendem cada vez mais a se associar, e mesmo a se subordinar, a funções que se pode chamar de estéticas, à medida em que se sobe na hierarquia social (principalmente, sendo todas as outras variáveis iguais, entre as mulheres, mais fortemente inclinadas à submissão às normas que definem o que deve ser o corpo, não apenas em sua configuração perceptível mas também em seu jeito, seu modo de andar, etc.) Enfim, é sem dúvida entre as profissões liberais e a burguesia de negócios da velha estirpe que as funções higiênicas e estéticas são acrescidas mais claramente de funções sociais, os esportes se inscrevendo, da mesma forma que os jogos ou as trocas mundanas (recepções, jantares, etc.) às numerosas atividades "gratuitas" e "desinteressadas" que permitem acumular capital social.

Isto pode ser observado pelo fato de que a prática do esporte, nas formas limites que ela reveste como no caso do golfe, da caça ou do pólo praticados nos clubes mundanos, tende a se tornar um simples pretexto para encontros escondidos ou, se preferirmos, uma técnica de sociabilidade, da mesma forma que a prática do bridge ou da dança.

Para concluir, mencionarei apenas que o princípio das transformações das práticas e dos consumos esportivos deve ser buscado na relação entre as transformações da oferta e as transformações da demanda: as transformações da oferta (invenção ou importação de esportes ou de equipamentos novos, reinterpretação dos esportes ou jogos antigos, etc.) são engendradas nas lutas de concorrência pela imposição da prática esportiva legítima e pela conquista da clientela dos praticantes comuns (proselitismo esportivo), lutas entre diferentes

esportes e, no interior de cada esporte, entre as diferentes escolas ou tradições (por exemplo, esqui de pista, fora da pista, de fundo, etc.), lutas entre as diferentes categorias de agentes engajados nesta concorrência (esportistas de alto nível, treinadores, professores de ginástica, fabricantes de equipamentos, etc.); as transformações da demanda são uma dimensão da transformação dos estilos de vida e obedecem, portanto, às leis gerais desta transformação. A correspondência que se observa entre as duas séries de transformações se deve, sem dúvida, neste e noutros casos, ao fato de que o espaço dos produtores (isto é, o campo dos agentes e das instituições que contribuem para a transformação da oferta) tende a reproduzir, em suas divisões, o espaço dos consumidores. Colocando de outra maneira, os taste-makers que estão em condições de produzir ou impor (isto é, vender) novas práticas ou novas formas de antigas práticas (como os esportes californianos ou as diferentes espécies de expressão corporal), assim como os que defendem as práticas antigas ou as antigas maneiras de praticar, engajam em sua ação as disposições e convicções constitutivas de um *habitus* onde se exprime uma determinada posição no campo dos especialistas e também no espaço social, e por este fato eles estão predispostos a exprimir e, portanto, a realizar em virtude da objetivação, as expectativas mais ou menos conscientes de frações correspondentes do público dos leigos.

In: BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. p 136-153.